

Série histórica e projeção do IBS total do Brasil, 2029–2033

Estimativa do valor total do IBS nacional durante o quinquênio de transição da Reforma Tributária, a partir da série histórica de ICMS, ISS e FECOP (SICONFI, 2013–2025) e de projeções oficiais de crescimento do PIB e inflação.

RESPOSTA

IBS bruto nacional: de R\$ 129,1 bi em 2029 a R\$ 1.590,3 bi em 2033 (valores nominais)

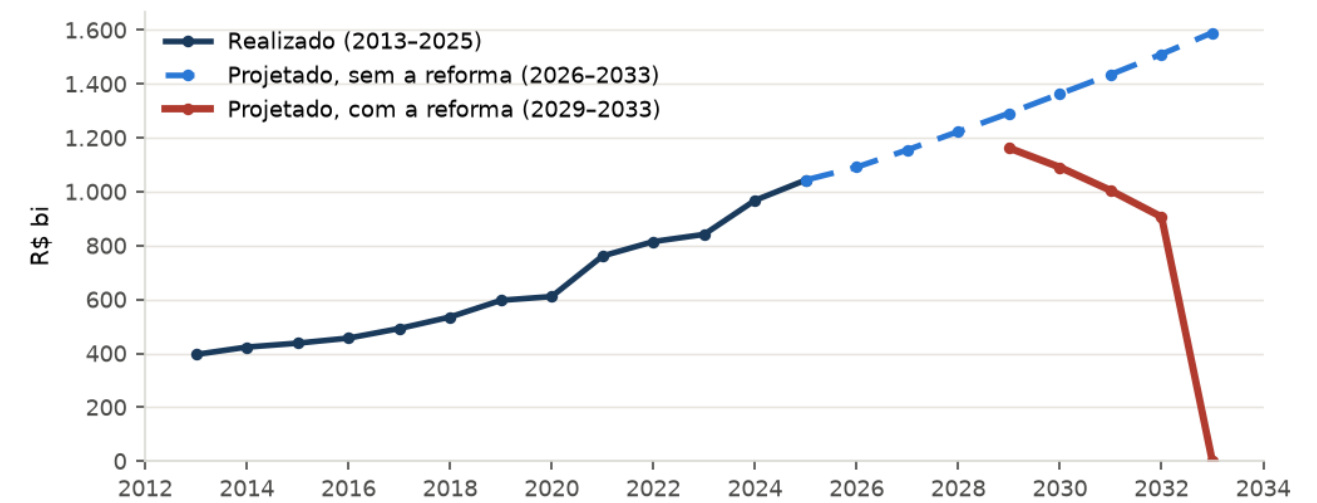
1. Objetivo

Esta nota técnica responde a uma pergunta objetiva: **quanto será o valor total do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) no Brasil, ano a ano, entre 2029 e 2033**, o quinquênio de transição definido pela Reforma Tributária do consumo (EC 132/2023). A resposta exige combinar três elementos: (i) qual é a receita de referência (ICMS, ISS e FECOP) hoje, a base que o IBS substitui; (ii) uma projeção de como essa arrecadação deve crescer com a economia, o que depende de premissas explícitas sobre PIB e inflação; e (iii) o cronograma constitucional que converte, ano a ano, parte dessa arrecadação de ICMS/ISS em IBS.

2. Resumo executivo

Ano	f _a (ICMS+ISS residual)	s _a (IBS)	ICMS+ISS residual (R\$ bi)	IBS bruto (R\$ bi)	Total = receita projetada (R\$ bi)	Carga tributária (% PIB)
2029	90%	10%	1.162,3	129,1	1.291,4	7,99%
2030	80%	20%	1.090,7	272,7	1.363,3	7,99%
2031	70%	30%	1.004,6	430,5	1.435,1	7,99%
2032	60%	40%	906,4	604,3	1.510,7	7,99%
2033	0%	100%	0,0	1.590,3	1.590,3	7,99%

O IBS bruto cresce de 10% da arrecadação total em 2029 (início da transição) até 100% em 2033, quando o ICMS e o ISS são extintos (ADCT art. 128). Em 2033, a arrecadação total projetada (ICMS+ISS+IBS) é de R\$ 1.590,3 bi, equivalente a 7,99% do PIB, a mesma proporção média observada em 2024-2026 (LC 214/2025, arts. 361 a 365), explicada na Seção 4.



Arrecadação de ICMS+ISS, Brasil (R\$ bi, nominal). A linha azul tracejada aplica a carga tributária de referência (Seção 4.2) ao PIB projetado até 2033: é uma projeção pura de tendência, sem considerar a reforma. A linha vermelha é o que de fato acontece a partir de 2029: o ADCT art. 128 desvia parte da arrecadação para o IBS ano a ano, e o ICMS+ISS residual cai abaixo do cenário sem reforma até a extinção do ICMS e do ISS em 2033 (detalhe completo do IBS no gráfico de barras da Seção 4.4).

3. Fontes de dados

3.1 Arrecadação histórica de ICMS, ISS e FECOP

- **ICMS, 2013–2025:** SICONFI/STN, DCA Anexo I-C, todos os estados e o DF, conta identificada pelo texto da definição constitucional do imposto ("Operações Relativas à Circulação de Mercadorias..."), não pelo código, que muda de esquema ao longo dos anos, excluindo multas e dívida ativa (o FECOP entra separadamente, ver abaixo), 27 estados + Distrito Federal.
- **ISS, 2013–2025:** SICONFI/STN, DCA Anexo I-C, todos os municípios (cerca de 5.570 municípios por ano), conta identificada por texto ("Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, ISSQN") porque o código da conta no plano de contas do DCA mudou de esquema mais de uma vez entre 2013 e 2025.
- **FECOP, 2019–2025:** SICONFI/STN, DCA Anexo I-C (dca_fecop_br); zero em 2013-2018 (sem coleta); 2026 usa o valor de 2025 como estimativa preliminar, mesma fonte usada no coeficiente estadual do Estudo 06, validado contra a Nota Técnica nº 02/2026. Zero em 2013–2018 (sem coleta equivalente via RREO); 2026 usa o valor de 2025 como estimativa preliminar.

O SICONFI não publica o DCA Anexo I-C para nenhum dos três tributos antes de 2013. Para 2015–2018, o ICMS do DCA foi comparado com o RREO Anexo 3, outro demonstrativo do SICONFI: a diferença fica sempre abaixo de 1,3%, checado estado a estado, o que confirma que os dois demonstrativos captam a mesma arrecadação. O RREO não é usado para o ISS porque apresenta cobertura municipal muito baixa (menos de 15% dos municípios respondem a essa conta específica nesse demonstrativo); o DCA atinge cobertura de 90% a 99% dos municípios brasileiros em cada ano. O FECOP (Fundo de Combate à Pobreza) é incluído na receita de referência porque a legislação da reforma o trata como parte da base substituída pelo IBS nos estados que o cobram: cerca de R\$ 14 bi em 2025, ~1,4% da receita de referência total.

3.2 PIB e inflação

- **Histórico (2013–2025):** BCB/SGS séries 1207 (PIB nominal) e 433 (IPCA).
- **Projeção 2026–2030:** BCB, Boletim Focus (Sistema de Expectativas de Mercado), mediana, consultado em tempo real via API do Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central (data da pesquisa: 2026-07-24).
- **Projeção 2031–2033:** IFI (Instituição Fiscal Independente, Senado Federal), RAF 107, 18/dez/2025.

3.3 Base legal da transição

ADCT art. 128 (extinção do ICMS/ISS) e art. 131 (implementação do IBS), EC 132/2023, e LC 227/2026.

4. Metodologia

4.1 A arrecadação histórica: ICMS + ISS + FECOP, Brasil, 2013–2025

Ano	ICMS (R\$ bi)	ISS (R\$ bi)	FECOP (R\$ bi)	Total nominal (R\$ bi)	Total real, 2025 (R\$ bi)	PIB nominal (R\$ bi)	Total / PIB	Fonte ICMS
2013	351,2	44,6	0,0	395,8	768,0	5.331,6	7,42%	DCA
2014	374,5	48,7	0,0	423,2	771,8	5.779,0	7,32%	DCA
2015	385,3	52,5	0,0	437,7	721,3	5.995,8	7,30%	DCA
2016	404,2	52,3	0,0	456,5	707,7	6.269,3	7,28%	DCA
2017	437,2	54,9	0,0	492,1	741,0	6.585,5	7,47%	DCA
2018	472,6	62,3	0,0	534,9	776,4	7.004,1	7,64%	DCA
2019	512,5	72,6	11,7	596,8	830,4	7.389,1	8,08%	DCA
2020	525,3	72,9	12,8	611,0	813,5	7.609,6	8,03%	DCA
2021	655,2	90,3	15,8	761,3	921,0	9.012,1	8,45%	DCA
2022	694,4	105,7	14,7	814,9	931,9	10.079,7	8,08%	DCA
2023	708,5	121,0	12,0	841,6	919,8	10.943,3	7,69%	DCA
2024	814,5	139,8	13,6	968,0	1.009,2	11.779,3	8,22%	DCA
2025	875,8	153,8	14,0	1.043,6	1.043,6	12.738,6	8,19%	DCA

4.2 Premissa central: o período de referência que a lei manda usar

A projeção assume que a receita de referência (ICMS, ISS e FECOP), medida como proporção do PIB (a "carga tributária"), se mantém constante a partir de 2027 no nível médio dos anos de 2024, 2025 e 2026 ($\approx 7,99\%$ do PIB). Não é uma média escolhida por conveniência: é o período de três anos que a própria lei da reforma manda usar para calibrar a alíquota do IBS, ano a ano, durante toda a transição.

LC 214/2025, arts. 361 a 365 (redação dada pela LC 227/2026): para cada ano da transição (2029 a 2033), a alíquota de referência do IBS estadual e municipal é fixada de forma a equivaler à *média da razão entre a receita de referência (ICMS+ISS+FECOP) e o PIB nos anos de 2024 a 2026*. O mesmo período de três anos vale para todos os cinco anos da transição: a lei não recalcula essa base a cada ano.

Isso substitui a leitura mais simples de que bastaria olhar para o último ano fechado (2025). A tabela abaixo mostra os três anos que compõem a média e o resultado usado na projeção:

Ano	ICMS+ISS+FECOP (R\$ bi)	PIB (R\$ bi)	Razão	Situação
2024	968,0	11.779,3	8,22%	fechado (DCA)
2025	1.043,6	12.738,6	8,19%	fechado (DCA)
2026	1.032,7	13.656,9	7,56%	estimativa preliminar (RREO 12m + PIB Focus)
Média 2024–2026 (usada na projeção)			7,99%	

Existe um segundo mecanismo na lei, com um período histórico bem diferente, que é fácil de confundir com este: o **Teto de Referência** do art. 130, §4º e §5º, do ADCT, calculado sobre a média de 2012 a 2021. Esse teto não fixa a alíquota ano a ano; funciona como uma trava de segurança que só entra em ação se a receita observada superar esse teto histórico mais amplo: no caso do IBS, se a média de 2029–2033 da soma CBS+Imposto Seletivo+IBS superar a média 2012–2021 da soma IPI+ICMS+ISS+PIS/Cofins+IOF-seguros. Isso não altera os valores projetados aqui para 2029–2033, por dois motivos: (i) mesmo que o teto seja ultrapassado, a redução da alíquota só entra em vigor em 2035, dois anos depois do fim desta projeção; e (ii) o teto compara o sistema novo e o antigo por inteiro, somando o lado federal (CBS, Imposto Seletivo, PIS/Cofins, IPI, IOF-seguros) ao lado subnacional (IBS, ICMS, ISS), enquanto esta nota técnica modela só o lado subnacional. Simular esse teto exigiria dados federais fora do escopo deste estudo. Por isso ele é citado aqui como contexto, mas não entra na conta acima.

2026 ainda não fechou: a razão desse ano usa o ICMS+ISS do RREO (últimos 12 meses até abril de 2026) sobre o PIB projetado pelo Boletim Focus para o ano, uma estimativa preliminar que será atualizada para o dado fechado (DCA) assim que estiver disponível.

Na prática, isso significa que o legislador não fixou de antemão qual será a alíquota do IBS: ela será calculada pelo Senado para que a arrecadação resultante mantenha, em cada ano da transição, a mesma proporção do PIB medida nessa base histórica de três anos. É esse mecanismo legal, e não uma hipótese técnica externa, que justifica projetar a receita de referência (ICMS+ISS+FECOP) como uma fração fixa do PIB projetado.

Entre 2019 e 2025, a razão receita de referência/PIB realizada variou entre 7,69% e 8,45%, uma banda de cerca de 0,8 pontos percentuais em torno do valor-base usado aqui. Essa variação histórica é a melhor medida disponível da incerteza real em torno da premissa de carga tributária constante: anos de PIB atipicamente forte ou fraco, ou mudanças na composição do consumo, podem deslocar a arrecadação observada para cima ou para baixo do valor projetado.

4.3 Trajetória do PIB nominal, 2026–2033

O PIB nominal de cada ano é obtido compondo o PIB nominal de 2025 pelo crescimento real e pela inflação projetados:

$$\text{PIB}(t) = \text{PIB}(t-1) \times (1 + g_t) \times (1 + \text{IPCA}_t)$$

Ano	PIB real	IPCA	Cresc. nominal do PIB	PIB nominal projetado (R\$ bi)	Fonte
2026	+1,99%	+5,12%	+7,21%	13.656,9	Focus (BCB), mediana
2027	+1,60%	+4,22%	+5,88%	14.460,3	Focus (BCB), mediana
2028	+2,00%	+3,80%	+5,87%	15.309,2	Focus (BCB), mediana
2029	+2,00%	+3,50%	+5,57%	16.161,9	Focus (BCB), mediana
2030	+2,00%	+3,50%	+5,57%	17.062,1	Focus (BCB), mediana
2031	+2,20%	+3,00%	+5,27%	17.960,6	IFI, RAF 107 (dez/2025)
2032	+2,20%	+3,00%	+5,27%	18.906,4	IFI, RAF 107 (dez/2025)
2033	+2,20%	+3,00%	+5,27%	19.902,1	IFI, RAF 107 (dez/2025)

A arrecadação projetada de cada ano é obtida aplicando a razão de referência (a média 2024-2026 da Seção 4.2) ao PIB projetado: $\text{Receita}(t) = \text{Razão}(2024-2026) \times \text{PIB}(t)$.

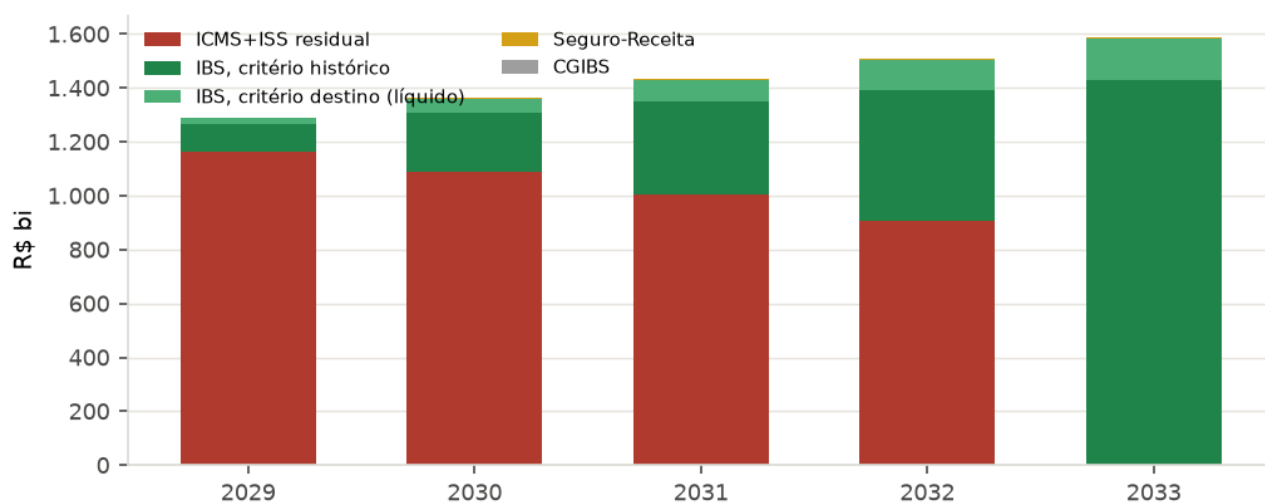
4.4 O cronograma constitucional de transição

ADCT art. 128: a alíquota do ICMS e do ISS será reduzida a cada ano, de 2029 a 2032, à razão de um décimo, e extinta em 2033.

ADCT art. 131: no mesmo período, o IBS é implementado progressivamente, complementando a fração já extinta do ICMS/ISS.

Traduzindo o cronograma legal em números:

Ano	f_a (fração ICMS+ISS residual)	$s_a = 1-f_a$ (fração IBS)
2029	90%	10%
2030	80%	20%
2031	70%	30%
2032	60%	40%
2033	0%	100%



ICMS+ISS residual vs. divisão do IBS bruto, Brasil (R\$ bi, nominal). Cada barra é a arrecadação total projetada de um ano da transição: o total não muda por causa da reforma, só a composição, até a extinção do ICMS e do ISS em 2033. O detalhe de como o IBS bruto se divide está na Seção 4.6.

4.5 Fórmula final

$$\begin{aligned}\text{ICMS+ISS residual}(a) &= \text{Receita}_{\text{projetada}}(a) \times f_a \\ \text{IBS bruto}(a) &= \text{Receita}_{\text{projetada}}(a) \times s_a \\ \text{Total}(a) &= \text{ICMS+ISS residual}(a) + \text{IBS bruto}(a) = \text{Receita}_{\text{projetada}}(a)\end{aligned}$$

Esta nota técnica trabalha no agregado nacional, então não entra nos coeficientes que dizem qual estado ou município recebe cada parte (φ^{neutro} , φ^{CPT} , φ^{dest}): esses parâmetros determinam *como* a arrecadação é dividida entre estados e municípios, não o seu *tamanho total*, e continuam fora do escopo (ver Estudo 06). Já a fração α_a , que separa o critério histórico do critério destino, afeta o *tamanho* do que chega aos entes, porque duas deduções (CGIBS e Seguro-Receita)

incidem só sobre a parcela destino: por isso ela é usada na Seção 4.6, para detalhar como o IBS bruto de cada ano se divide.

4.6 Como o IBS bruto se divide: critério histórico, critério destino, CGIBS e Seguro-Receita

O IBS bruto de cada ano não chega inteiro, do mesmo jeito, a todos os entes: uma parte é distribuída pelo critério histórico (a participação de cada estado e município na arrecadação de ICMS+ISS em 2019–2025), e o restante pelo critério destino (onde o consumo de fato acontece). Da parcela distribuída por destino, duas deduções saem antes de chegar aos entes: o financiamento do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e a retenção para o Seguro-Receita, um fundo que garante um piso de receita aos entes durante a transição.

ADCT arts. 131 e 132; LC 227/2026 arts. 51 e 114 a 116: a fração α_a do IBS é distribuída pelo critério histórico; a parcela $(1-\alpha_a)$ restante é distribuída pelo critério destino, mas antes disso sofre duas deduções, nesta ordem: primeiro a taxa de financiamento do CGIBS (c_a , art. 51 LC 227/2026), depois a retenção de 5% para o Seguro-Receita (ρ , ADCT art. 132).

IBS histórico(a)

CGIBS(a)

Seguro-Receita(a)

IBS destino, líquido(a)

= IBS bruto(a) × α_a

= IBS bruto(a) × $(1-\alpha_a)$ × c_a

= IBS bruto(a) × $(1-\alpha_a)$ × $(1-c_a)$ × ρ

= IBS bruto(a) × $(1-\alpha_a)$ × $(1-c_a)$ × $(1-\rho)$

Ano	α_a (histórico)	c_a (CGIBS, sobre a parcela destino)	ρ (Seguro-Receita)
2029	80%	2,00%	5%
2030	80%	1,00%	5%
2031	80%	0,67%	5%
2032	80%	0,50%	5%
2033	90%	0,50%	5%

Ano	IBS histórico (R\$ bi)	IBS destino, líquido (R\$ bi)	Seguro-Receita (R\$ bi)	CGIBS (R\$ bi)	IBS bruto total (R\$ bi)
2029	103,3	24,0	1,3	0,5	129,1
2030	218,1	51,3	2,7	0,5	272,7
2031	344,4	81,3	4,3	0,6	430,5
2032	483,4	114,2	6,0	0,6	604,3
2033	1.431,2	150,3	7,9	0,8	1.590,3

Essas quatro fatias somam exatamente o IBS bruto do ano, sem dedução dupla. α_a e c_a são os mesmos parâmetros já publicados no Estudo 06; a diferença é que aqui eles só entram para mostrar a divisão do total nacional, não para calcular quanto cada estado ou município recebe.

5. Limitações e simplificações

1. A razão receita de referência/PIB (a carga tributária) é mantida constante na média de 2024-2026 a partir de 2027, ou seja, presume-se que a arrecadação cresce sempre na mesma proporção do PIB medida nesse período de referência, sem estimar por métodos estatísticos se ela historicamente cresceu mais rápido ou mais devagar que a economia. Com apenas 13 observações anuais e quebras estruturais conhecidas (pandemia em 2020, choque inflacionário em 2021–2022), uma estimativa desse tipo seria pouco robusta. A banda histórica da Seção 4.2 serve como medida alternativa de incerteza.
2. O dado de 2026 usado na média de referência é uma estimativa preliminar (RREO, últimos 12 meses até abril de 2026, sobre o PIB projetado pelo Focus, mais o FECOP de 2025 como proxy), a ser substituída pelo dado fechado (DCA) assim que disponível.
3. "IBS bruto", nas Seções 2 a 4.5, é a arrecadação total antes de qualquer dedução. A divisão entre critério histórico, critério destino, CGIBS (art. 51 LC 227/2026) e Seguro-Receita (ADCT art. 132), na Seção 4.6, usa os mesmos parâmetros α_a e c_a já publicados no Estudo 06, mas só para mostrar o tamanho de cada fatia no agregado nacional, sem entrar em qual estado ou município recebe o quê.
4. Para 2031–2033, fora do horizonte do Boletim Focus (~5 anos à frente), usa-se a projeção da IFI, que reporta uma taxa média para o intervalo 2027–2035, não ano a ano. Os valores de 2,2% (PIB real) e 3,0% (IPCA) são tratados como constantes nos três anos por simplificação explícita.
5. Os valores são nominais (a preços correntes de cada ano), não deflacionados. A coluna "Total real, 2025" na tabela histórica (Seção 4.1) mostra o efeito da correção pela inflação apenas para o período já realizado (2013–2025); a projeção 2026–2033 não reapresenta essa correção porque a inflação projetada já está embutida na composição do PIB nominal.

6. Referências

1. BRASIL. *Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023*. Altera o Sistema Tributário Nacional. Diário Oficial da União, 21 dez. 2023.
2. BRASIL. *Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025 e Lei Complementar nº 227, de 2026*. Regulamentam a Reforma Tributária sobre o consumo.
3. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. *Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI)*. RREO Anexo 3 e DCA Anexo I-C. Disponível em: apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi.
4. BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS)*, séries 1207 (PIB nominal) e 433 (IPCA). Disponível em: api.bcb.gov.br/dados/serie.
5. BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Sistema de Expectativas de Mercado, Boletim Focus*, projeções anuais de PIB e IPCA. Consulta de 2026-07-24 via API Olinda.
6. INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE (IFI), Senado Federal. *Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) nº 107*, 18 de dezembro de 2025.

Nota técnica gerada automaticamente a partir de `data/ibs-projecao-nacional.json` e `data/macro-parametros.json` (repositório do site). Metodologia replicável: scripts de coleta e cálculo disponíveis em `data/collect-icms-dca-2013-2018.py`, `data/collect-iss-dca-2013-2014.py`, `data/collect-iss-dca-2015-2018.py`, `data/collect-macro-focus-ifi.py` e `data/build-ibs-projecao-nacional.py`.